

Governo enfrenta novo

Jornal de Brasília • 3

desafio no Senado

Andrei Meireles

O governo pode testar sua força no Senado Federal, alterada com a mudança da equipe econômica, na próxima semana. O colégio de líderes do PMDB no Senado reúne-se, segunda-feira, com os integrantes do partido na Comissão de Assuntos Econômicos para deliberar sobre um requerimento do deputado César Maia que propõe a impugnação da nomeação do economista Francisco Gros para a presidência do Banco Central. O principal argumento de Maia — um dos principais aliados da equipe comandada pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello — é de que Gros desligou-se da diretoria do BFC Banco S.A, mas continua como seu acionista: "Sem sua desvinculação completa e definitiva do banco, a concorrência no setor privado será inibida".

O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, concordou com a necessidade da comprovação total do afastamento de Gros do BFC. Já o senador Marco Maciel, líder do governo, classifica de "descabida" a preocupação de César Maia, acrescentando: "O Ibrahim Eris também dirigia uma instituição financeira antes de ir para o Banco Central. Basta o Gros se desligar. Ele está no mercado porque é bom. Não se pode é indicar para o Banco Central um desempregado, um vagabundo". A sabatina de Gros na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado será na próxima terça-feira.

Caso o PMDB aceite a proposta de César Maia, poderá vir a contar com um novo e forte aliado no Senado — a bancada do PSDB —, insatisfeita com a queda da equipe econômica e disposta a exercer uma oposição mais nítida a partir de agora. Em compensação, a mudança na economia agradou a senadores mais conservadores que estavam descontentes com a gestão de Zélia Cardoso no Ministério. O governo conta, ainda, com outro trunfo — a pressão de governadores, principalmente os do PMDB e do PDT, que necessitam de verbas

federais, sobre os senadores de seus partidos.

Alegações

César Maia, em seu requerimento, cita o artigo 164 da Constituição, que determina a independência entre o Banco Central e o Tesouro Nacional. E questiona se o fato de o ministro Marcílio Moreira ter levado Gros, em 1981, para a diretoria executiva do Unibanco não pode, "independentemente de intenções, restringir a autonomia desejada disposta na Constituição entre o Banco Central e o Tesouro".

Para César Maia, o que justifica a impugnação de Gros por suas ligações com o BFC não são os aspectos morais relativos ao uso e abuso de informações: "São questões muito mais delicadas, que, inclusive, independem da vontade do presidente do Banco Central, como ver sua atividade privada privilegiada por conta da ação favorecida do próprio mercado financeiro. De dispor de elementos que discriminarão, antes ou depois, a favor de sua atividade privada. Em ambos os casos como repercussão, mesmo indesejada, sobre o seu patrimônio". Maia quer que o Senado impugne Gros, forçando o presidente Collor a submeter outro nome à apreciação do Legislativo.

Requisitos

O maior obstáculo para as oposições se basearem na Constituição para rejeitar uma indicação do Presidente da República para a presidência do Banco Central é a sua falta de regulamentação. A Constituição, em seu artigo 196, estabelece que Lei Complementar definirá "os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo". Só que os requisitos não foram até hoje estabelecidos pelo Congresso Nacional, o que impede uma sustentação legal para a impugnação de Gros. Se as oposições decidirem recusar seu nome o farão exclusivamente por uma opção política.